

Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis quanto a informação de que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e que a realização de seu ativo imobilizado e de seu intangível está vinculada ao cumprimento dos planos de investimento e consequente início das operações de acordo com as projeções efetuadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 31 de agosto de 2022, não continha ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

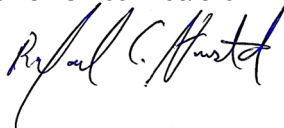
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	355	823
Contas a receber		-	1
Impostos a recuperar	5	5	3
Outros créditos	6	2	-
		<u>362</u>	<u>827</u>
Não circulante			
Imobilizado	7	95.309	95.356
		<u>95.309</u>	<u>95.356</u>
Total do ativo		<u>95.671</u>	<u>96.183</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Fornecedores	8	479	842
Partes relacionadas	11.2	6.118	6.118
Obrigações sociais e trabalhistas	9	13	4
Obrigações tributárias	10	109	221
		<u>6.719</u>	<u>7.185</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	11.2	5.466	4.109
Obrigações tributárias	10	161	164
		<u>5.627</u>	<u>4.273</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		155.378	155.378
Reserva de capital		691	691
Prejuízos acumulados		(72.744)	(71.344)
		<u>83.325</u>	<u>84.725</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>95.671</u></u>	<u><u>96.183</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(1.266)	(3.243)
Despesas com pessoal - Operacionais	14	(121)	(75)
Outros	14	(20)	(19)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(1.407)	(3.337)
Receitas financeiras	15	19	513
Despesas financeiras	15	(59)	(780)
(=) Resultado financeiro líquido		(40)	(267)
(=) Prejuízo antes das provisões tributárias		(1.447)	(3.604)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
(=) Prejuízo líquido do exercício		(1.447)	(3.604)
Prejuízo por ação		(0,00)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.447)	(3.604)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	----- (1.447)	----- (3.604)
Total do resultado abrangente atribuível a		
Acionistas da Companhia	(1.447)	(3.604)
	----- <u>(1.447)</u>	----- <u>(3.604)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital integralizado</u>	<u>Capital a integralizar</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.977	(145.499)	691	(67.747)	86.422
Capital à Integralizar		1.900	-	-	1.900
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.604)	(3.604)
Ajuste de Exercícios anteriores				7	7
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>298.977</u>	<u>(143.599)</u>	<u>691</u>	<u>(71.344)</u>	<u>84.725</u>
Capital à Integralizar					-
Ajuste de Exercícios anteriores				47	47
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.447)	(1.447)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>298.977</u>	<u>(143.599)</u>	<u>691</u>	<u>(72.744)</u>	<u>83.325</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.447)	(3.604)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	713
Depreciação e amortização	44	48
	<u>(1.403)</u>	<u>(2.843)</u>
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Outros créditos	(2)	1
Duplicatas a receber	1	(1)
Impostos a recuperar	(2)	-
Fornecedores	(363)	144
Obrigações trabalhistas e tributárias	(106)	(4)
Ajustes de exercícios anteriores	47	
Outras contas a pagar	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.828)</u>	<u>(2.703)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	3	(13)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>3</u>	<u>(13)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.357	1.048
Integralização de capital social	-	1.900
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>1.357</u>	<u>2.948</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(468)</u>	<u>232</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	823	591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	355	823
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(468)</u>	<u>232</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de reais)

1. Informações gerais

A TGB – Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2012, tendo sede no município de São Francisco do Sul/SC, na Rua Walter Rhinow, 2886, poste 43, bairro Laranjeiras, tendo o propósito de estudo, desenvolvimento e implantação de um terminal portuário privativo, a fim de prestar serviços portuários, notadamente para o setor do agronegócio brasileiro.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, trabalhando na estruturação financeira para fins de implementação das obras portuárias através de financiamentos estruturados de projeto.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de Conformidade e base de mensuração

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 11 de maio de 2023.

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.1.c.

b) Moeda e funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

i) Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao seu valor justo e posteriormente classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Vjora); ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No exercício de 2022, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii) Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. No exercício de 2022, a Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

3.3. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, quando aplicável.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras provisões

No decorrer do presente exercício foram constituídas tão somente provisões para o pagamento do Imposto Sobre Operações Financeiras, para pagamento de férias, 13º salário e encargos sociais, estes que, são provisionados de acordo com os direitos adquiridos pelos colaboradores durante o exercício.

3.6. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.9. Novas normas e pronunciamentos financeiros ainda não adotados

O Conselho Federal de Contabilidade, através de aprovação em plenário, alterou a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC 13, de 7 de abril de 2022, que modifica as seguintes normas: NBC TG 26 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 21 (R4), conforme descrito a seguir:

NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Inclui a definição de “políticas contábeis” no conjunto completo de demonstrações contábeis da seguinte forma: “(e) notas explicativas, compreendendo informação de política contábil material e outras informações elucidativas”.

NBC TG 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Altera o item 21 da norma, que inclui a informação sobre o dever de divulgação de política contábil material.

NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária: Inclui na definição do conjunto completo das demonstrações contábeis a informação sobre a política contábil material e outras informações explicativas.

A Companhia deve avaliar e verificar a aplicabilidade dessa revisão para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	2	43
Aplicações financeiras (i)	353	780
Total	355	823

(i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário remuneradas a 100% da variação do CDIs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a recuperar	1	1
IRRF sobre aplic. finan. a recuperar	4	2
Total	5	3

6. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	2	-
Adiantamento a fornecedores	-	1
Total	2	1

7. Imobilizado

	Taxas (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	-	143.533	-	143.533	143.533
Edificações	4	1.003	(403)	600	640
(-) Redução por Impairment Imóveis	-	(48.840)	-	-	(48.840)
Aparelhos telefônicos	10	-	-	-	4
Equipamento p/ proc. de dados	20	21	(21)	-	1
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	23	(11)	12	12
Móveis e utensílios	10	15	(11)	4	6
Total do imobilizado líquido		95.755	(446)	95.309	95.356

Demonstramos a seguir, a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2022 e 2021:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Terreno	94.693	-	-	-	94.693
Edificações	640	-	-	(40)	600
Aparelhos telefônicos	4	-	(3)	(1)	-
Equipamento para processamento de dados	1	-	-	(1)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12	-	-	-	12
Móveis e utensílios	6	-	-	(2)	4
Total	95.356	-	(3)	(44)	95.309

Em 03 de julho de 2015 foi efetivado um aumento de capital no montante de R\$ 72.059.824 mediante cessão para a Companhia de terreno aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas. Por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia contratou a empresa Cushman & Wakefield como avaliadores independentes para a preparação de laudo objetivando testar o valor recuperável do terreno e das suas edificações, componentes principais do ativo imobilizado.

Em 15 de agosto de 2019 os avaliadores emitiram seu laudo o qual demonstrou um valor de *impairment* de R\$ 48.839.648 o qual foi registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Como o laudo foi preparado em agosto de 2019 e os imóveis não sofreram modificações estruturais, a administração da Companhia utilizou o mesmo laudo para fins de encerramento das suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, não tendo apresentado indícios de variações em relação às premissas de *impairment* aplicadas naquela data.

8. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias - nacionais	-	10
Fornecedores de serviços - nacionais	479	832
Total	479	842
Circulante	479	842

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados a pagar	2	-
Pró-labore a pagar	2	-
FGTS a recolher	1	-
INSS a recolher	3	-
Provisões de férias e encargos	5	4
Total	13	4

10. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins a recolher	1	-
IRRF retido a recolher	2	24
Pis/Cofins/ISS retido a recolher	6	75
Parcelamento IRRF	157	114
Parcelamento Simplificado	15	-
Parcelamento INSS	88	138
IOFs/ Mútuo	-	34
Total	270	385
Circulante	109	221
Não circulante	161	164

11. Partes relacionadas

11.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de administração, composto por 04 (quatro) membros, e por uma Diretoria Executiva composta por 03 (três) membros, dos quais apenas 02 foram nomeados.

A remuneração de pessoal chave da administração, referente a benefícios de curto prazo de R\$ 29, incluindo neste montante pró-labore e contribuições a seguridade social, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

Adicionalmente, não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11.2. Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser demonstrados conforme a seguir:

Passivo	Operação	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Cain Capital Infrastructure - Notas promissórias	Empréstimos e financiamentos	-	6.118	6.118
Alexandre Fernandes	Mútuo	-	4.878	3.525
Antônio Carlos Fernandes	Mútuo	-	429	425
André Fernandes	Mútuo	-	106	106
Lucimara Andreia Faustino	Mútuo	-	53	53
Total			11.584	10.227
Circulante			6.118	6.118
Não circulante			5.466	4.109

Os recursos obtidos através dos contratos de mútuo firmados pela Companhia foram cedidos sem encargos ou qualquer outro tipo de atualização.

Cronograma de vencimento dos empréstimos com partes relacionadas.

Os vencimentos dos empréstimos com partes relacionadas no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	10.227
2023	6.118	-
2024	5.466	-
Total	12.892	10.227

12. Provisões para contingências

Como parte do curso normal de seus negócios, a Companhia pode vir a se tornar parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. Conforme indicado pelos assessores jurídicos da Companhia, não existem contingências classificadas como perda "provável" ou "possível".

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 298.976.453,19 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos) e o capital a integralizar remanescente no montante de R\$ 143.598.796 (cento e quarenta e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil e setecentos e noventa e seis reais).

O capital autorizado da Companhia é dividido em 310.812.051 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal. A composição societária em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segue conforme quadro a seguir:

Acionista	Participação (%)
FIP-Anessa - Fundo de Invest. e Participações em Infraestrutura Anessa	65,2%
Cofco International do Brasil	9,8%
Jamal Majid Ahmad Al Guhrai	25%
Total	100%

13.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

13.3. Reserva de capital

A Lei nº 6.404/1976, em seu artigo 182, destaca que serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Desta forma, quando das integralizações de capital na Companhia, os valores de ação utilizados foram baseados no Patrimônio Líquido, sendo que o Patrimônio Líquido é menor que o Capital Social. Quando os acionistas integralizaram recursos à Companhia, parte desse montante vai quitar o preço da ação e compor o Capital Social e parte foi destinado para a reserva de capital.

14. Despesas por natureza

As despesas gerais e administrativas, outras despesas operacionais, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	2022	2021
Despesa com pessoal	(121)	(75)
Viagens e representações	(16)	(24)
Aluguel	(2)	-
Serviços de terceiros (a)	(1.168)	(3.105)
Depreciação	(44)	(48)
Utilidades e serviços	(8)	(9)
Despesas com veículos	(10)	(2)
Propaganda e publicidade	(1)	(3)
Despesas não dedutíveis	(3)	(2)
Impostos e contribuições	(14)	(20)
Manutenção e Reparos	-	(1)
Outros	(20)	(48)
Total	(1.407)	(3.337)

(a) As despesas com serviços de terceiros em 2021 sua maioria estão representadas por honorários advocatícios relacionadas ao êxito alcançado em ação arbitral, motivo pelo qual em 2022 esta rubrica tem uma redução expressiva.

15. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	19	-
Indenizações recebidas	-	497
Outras receitas	-	8
Descontos obtidos	-	8
Receitas financeiras	19	513
Juros passivos	(17)	(50)
Despesas bancárias	(2)	(2)
Multas dedutíveis	(1)	-
Perdas em investimentos	(2)	-
Encargos sobre parcelamentos tributários	(37)	(17)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	(712)
Despesas financeiras	(59)	(781)
Resultado Financeiro	(1.347)	(268)

16. Cobertura de seguros

Em função de estar em fase pré-operacional, a Companhia não possui seguros contratados para o terminal portuário.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A administração opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

17.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

17.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

17.4. Risco de crédito

A política da administração considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

17.5. Risco de liquidez

É o risco da administração não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.